

Tiago de Mattos

Direito da Mineração

Breves reflexões sobre uma
disciplina em movimento



editora
D'PLÁCIDO

Direito da Mineração

Breves reflexões sobre uma
disciplina em movimento



Tiago de Mattos

Direito da Mineração

Breves reflexões sobre uma
disciplina em movimento



Conselho Editorial

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Bárbara Rodrigues
(Imagem por wirestock no Freepik)

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2024, D'Plácido Editora
Copyright © 2024, Tiago de Mattos

Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo
Avenida Paulista, 2073, Conjunto Nacional. – São Paulo, SP – CEP 01311-940

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

M444 **Mattos, Tiago de**
Direito da mineração : breves reflexões sobre uma disciplina em movimento / Tiago de Mattos Silva. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2024.
212 p.

ISBN 978-65-5589-905-4

1. Direito 2. Direito de mineração I. Título.

CDDir: 342.1245

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sobre o autor

Tiago de Mattos

Sócio do William Freire Advogados Associados e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Mineral (IBDM). Advogado formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), possui LLM pelo prestigiado Centre for Energy, Petroleum, and Mineral Law and Policy – CEPMLP, da Universidade de Dundee, Escócia. É reconhecido como advogado de destaque no setor mineral pelos principais rankings e publicações internacionais e domésticas. Em razão de sua profunda expertise na indústria mineral, combina sua atuação prática com atividades acadêmicas associadas ao setor. É professor, coordenador de curso de pós-graduação em Direito da Mineração, autor de livros e artigos e palestrante em eventos relacionados à mineração.

Sumário

Prefácio	15
Introdução	17
1. Mineração e Direito: 8 dicas a um jovem advogado	19
1) Mineração, mineração, mineração	20
2) O Direito é um só	20
3) Nem só de Direito vive o advogado	21
4) Calibre a linguagem	21
5) Seja sócio de um clube	21
6) Equilibre suas ideologias	21
7) Estude inglês e amplie suas fontes	22
8) Pense, pondere, reflita... e escreva!	22
2. Mineração, ANM e transparência: no rumo da esperada governança	23
3. Leilões na mineração: a nova dinâmica da disputa de áreas minerárias no Brasil	29
Alocando Títulos Minerários: métodos	30
O PPI e a licitação do Projeto Palmeirópolis: estrutura proposta pela CPRM	31

Os leilões da ANM: o novo procedimento de disponibilidade de áreas.....	32
Precedentes internacionais e expectativas no Brasil.....	34
 4. Mineração, investimentos e arbitragem: impactos dos conflitos sociais minerários nas decisões arbitrais investidor-estado	37
Divisão da renda mineral, conflitos e disputas arbitrais	38
Bear Creek x Peru.....	39
Copper Mesa x Ecuador.....	40
South American Silver x Bolívia.....	41
Tendência?.....	42
 5. Old mines, new tricks: em busca do minério contido no rejeito e seus desafios regulatórios.....	45
A discussão em perspectiva internacional.....	46
A regulação no Brasil.....	47
Subprodutos: as limitações da burocracia.....	50
Olhando pra frente.....	52
 6. The Crown, o Novo Iluminismo e os acidentes com barragens.....	55
 7. Mineração 2020: ideias e tendências normativas.....	61
1) Implantação da nova disponibilidade de áreas.....	61
2) Alteração na regulação da descaracterização de barragens.....	62
3) Continuidade do processo de transferência e monetização de ativos públicos junto à iniciativa privada.....	63
4) Esfriamento das chances de majoração da carga tributária mineral.....	64

5) Normatização de recursos e reservas minerais, regulação das garantias e seguros para os riscos envolvidos na atividade mineral e fechamento de mina.....	64
6) Ampliação da transparência e do uso da tecnologia na gestão dos Títulos Minerários.....	66
7) Definição dos limites da pesquisa mineral pós-vencimento da Autorização de Pesquisa.....	66
8) Avanço no Congresso Nacional de propostas sobre mineração em terras indígenas.....	67
8. Sustentabilidade, contratos minerários e valor	69
9. Mineração, De Re Metallica, COVID-19 e a resposta preliminar do Poder Judiciário.....	75
10. MineraL: Mineração e Lei	81
11. Mineração, solução de controvérsias administrativas e a ANM.....	85
12. A genialidade de Olafur Eliasson e o decaimento de Títulos Minerários.....	89
13. Festas de aniversário, aquisição de terras por estrangeiros e mineração.....	93
14. Termos e taxinomia: a Lex Mineralia e a proposta de consolidação de um Direito da Mineração global.....	97

15. Várias semanas em uma: novidades normativas na mineração em três atos	101
Ato 1: Prólogo. A proposta de regulamentação do uso de direitos minerários como garantia	101
Ato 2: Episódio. Aprovação do Projeto de Lei nº 550/2019 no Senado	103
Ato 3: Êxodo. 502 áreas, enfim, em (nova) disponibilidade	104
16. John P. Williams, as ondas de reformas legais na mineração e a realidade brasileira	107
17. O decano e a mineração	113
18. Dawn Levov e a continuidade das atividades minerárias	117
19. Sonetos, emendas e a autorização complementar para pesquisa mineral	121
20. Família Hughett e lavra irregular: compensação financeira e o innocent trespasser	125
21. O essencialismo de Greg McKeown e a Agência Nacional de Mineração (ANM)	129
22. Retrospectiva regulatória da mineração em 2020: um clássico 7x1	133

Implantação da nova disponibilidade de áreas.....	134
Continuidade da regulação de barragens.....	134
A continuidade da transferência de ativos públicos para a iniciativa privada.....	134
Esfriamento da majoração da carga tributária mineral.....	135
Normatização de recursos e reservas minerais, regulação das garantias e seguros para os riscos envolvidos na atividade mineral e fechamento de mina.....	135
Ampliação da transparência e do uso da tecnologia na gestão dos Títulos Minerários.....	136
Definição dos limites da pesquisa mineral pós-vencimento da Autorização de Pesquisa.....	137
Avanço no Congresso Nacional de propostas sobre mineração em terras indígenas.....	137
23. BigMiningIdeas21.....	139
1 Mudança de processos e ampliação do compartilhamento social.....	139
2 T2S (transformações para a sustentabilidade), crédito e pequena mineração.....	140
3 Criação de valor: transparência, segurança, desenvolvimento local e inclusão	140
4 ESG: do compromisso à obrigação.....	141
5 Competência, transparência e materialidade: Sistema Brasileiro de Recursos e Reservas Minerais.....	141
6 Investimento em pessoas para liderarem as novas ferramentas tecnológicas	142
7 Divisão de resultados, diversidade de pessoas e integração social	142
8 Novo capítulo no acesso às áreas minerárias: a regulação da desapropriação.....	143
9 Desburocratização e transformação digital da pesquisa mineral.....	144
24. O machado de Lincoln, o possível superciclo e o aproveitamento de rejeitos.....	145

25. Rembrandt e os títulos minerários em garantia.....	149
26. Do Direito Minerário ao novo Direito da Mineração.....	153
27. O South by Southwest (SXSW) e as novas fronteiras da mineração.....	157
28. A fantasia de Briony e os leilões de áreas minerárias.....	161
1 O critério para escolha de vencedores em processos de disponibilidade estaria previsto no Código de Mineração, impedindo outras normas de estabelecê-lo.....	162
2 O novo critério para escolha da melhor proposta, com base no melhor preço, teria sido imposto pelo Decreto nº 9.406/2018, em suposta violação do Código de Mineração.....	162
3 Suposta fragilização de regras ambientais relacionadas à atividade mineral.....	163
4 Inexistência de leilões de áreas minerárias em outros países.....	163
5 Desconsideração do papel da ANM previsto na sua lei de regência (Lei nº 13.575/17).....	164
6 Suposta ausência de transparência na formação do novo modelo.....	164
29. As cinco lições da segunda rodada da ANM.....	167
1 O uso do leilão como ferramenta fiscal promissora.....	168
2 A diversidade e a pluralidade dos licitantes: ausência de barreiras de entrada.....	169
3 O ganho real: investimentos de longo prazo.....	169
4 Sem menosprezo à Oferta Pública: o interesse e a arrecadação.....	170
5 Coadjuvantes qualificados: as novas fronteiras minerais.....	170
6 Futuro da dinâmica.....	171

30. <i>Sangue Negro e os signos jurídicos da mineração</i>	173
31. <i>Jekyll, Hyde e o resource nationalism na mineração</i>	177
32. <i>Resolução ANM 85/2021: regulação do aproveitamento de estéreis e rejeitos</i>	181
33. <i>Mineração, acesso a imóveis de terceiros e a mudança na Lei das Desapropriações: os impactos positivos na indústria mineral da alteração do art. 3º do Decreto-Lei 3.365/1941</i>	185
34. <i>A regulação da mineração em terras indígenas no Brasil: contribuições jurídicas e regulatórias às propostas de efetivação do comando constitucional – do Projeto de Lei nº 1.700/1989 ao Projeto de Lei nº 191/2020</i>	191
Introdução: relevância e sensibilidade temporal do tema.....	191
Mineração em terras indígenas: bases constitucionais	194
As propostas de regulação do tema no Congresso Nacional: uma análise crítica dos modelos regulatórios sugeridos, do PL nº 1.700/1989 às vésperas do PL nº 191/2020	195
O Projeto de Lei nº 191/2020: análise regulatória e debate sobre sua harmonização com o regime jurídico da mineração brasileira.....	200
Condições precedentes às atividades.....	201
Formato da oitiva.....	202
Fluxo regulatório.....	202
Remuneração em duas rubricas.....	203
Atividade mineral pelos indígenas e o garimpo.....	205
Destino dos direitos minerários anteriores à promulgação da lei.....	206

Referências bibliográficas.....209

Prefácio

The study and practice of the law concerning mining and minerals is undergoing dramatic change. For long invisible along opaque global value chains, minerals have now become prominent in energy, climate and environmental agendas due to their role in providing the inputs for the transformation of energy systems. The global architecture of minerals extraction is organised through a multilevel and multifaceted framework of treaties, laws and norms governing trade, investment, as well as the environment and human rights. At domestic level, mining and minerals are subject to a rich tapestry of constitutional and legal norms governing minerals extraction and its interface with a range of protected interests. Society at all levels demand that the processes for public decision-making for managing mineral resources are transparent, inclusive and accountable, and responsive to the nature of complex ecosystems and the needs of local communities.

In this fascinating collection of essays, Tiago de Mattos Silva navigates through a period of striking change of the legal framework applicable to the Brazilian mining sector. He places his reflections in a global and comparative perspective and within a space that bridges academia with practice. With an engaging prose, he makes sense of the changes and of a wide range of legal developments, from local to global. As a guiding thread, his reflections contribute to this area of law in dire need of construction and reconstruction.

I have known Tiago for a few years and have always greatly appreciated the unique, well-researched and original insights he brings into a discussion, as well as his leadership skills. His reflections resonate those discussions. From content to practice, he inspires to think what it means

to work and practice as a lawyer in this sector located at the epicentre of overarching political, economic, environmental and social challenges. I very much hope that both the book and the innovative method of writing inspires others to sharing reflections about this *disciplina em movimento* as it undergoes this phase of reconstruction.

Ana Elizabeth Bastida

(lawyer; LLM; PhD) is an associate professor at CEPMLP - Energy, Environment and Society Division, University of Dundee and a global authority on the law and governance of energy transition minerals and sustainability. With experience spanning over three decades, she combines academic research on innovations in resources law and institutional design with strong engagement in technical reform and knowledge-exchange programmes. She leads the MSc in Sustainability Programme at University of Dundee and is a founding member and incoming Chair of Red Latinoamericana de Derecho Minero.